



TRF-4 determina aposentadoria compulsória de juiz que forjou atentado

O Plenário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou a aposentadoria proporcional compulsória do juiz federal Jail Benitez de Azambuja, titular da Subseção Judiciária de Umuarama no Paraná, na última quarta-feira (4/11). Segundo a acusação, o juiz forjou um atentado contra a própria vida em Umuarama. É acusado também de ter contratado pistoleiro para atirar na casa de seu colega Luiz Carlos Canalli.

O juiz Azambuja chegou a ser preso temporariamente em setembro do ano passado, em Curitiba, acusado de participação no atentado. O inquérito corre sob sigilo de Justiça.

A determinação para a prisão foi dada, à época, pelo TRF-4. As autoridades responsáveis pelas investigações se negaram a fornecer detalhes. Apenas foram confirmadas, à época, as prisões do juiz e de seu jardineiro, Adriano Roberto Vieira, que foi acusado de porte ilegal de arma e de ter dado os tiros contra a casa do juiz Canalli.

Em depoimento, o jardineiro assumiu a autoria e disse que "agiu sem conhecimento do juiz". Durante o julgamento, a presidente da corte, juíza Silva Goraieb, se disse "completamente atordoada com todos os fatos que foram trazidos e examinados, que revelam a cumulação indevida da função de juiz federal com a condição de policial".

Caso

No início da manhã do dia 19 de setembro, a casa e dois carros do juiz Canalli foram atingidos por vários tiros. As investigações levaram à prisão, dias depois, do juiz Azambuja. Ele estava fora de casa e, quando chegou recebeu voz de prisão e foi conduzido ao Centro de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil. Seu jardineiro, que também servia como motorista da família, foi preso em Porto Camargo.

Segundo o advogado do jardineiro, Antonio Mossurunga Moraes Filho, no depoimento ele assumiu o atentado e inocentou o juiz Azambuja. "O jardineiro não sabia de nada e estava bêbado quando deu os tiros", disse.

Em fevereiro de 2008, o carro utilizado por Azambuja recebeu seis tiros de pistola, sem que houvesse feridos. Dias depois, ele decretou a prisão de 47 pessoas, entre elas policiais civis e militares, sob suspeita de envolvimento no atentado. Elas foram liberadas na semana seguinte por falta de provas. *Com informações do Espaço Vital.*

Processos administrativos 08.00.33505-8 / 09.00.10873-8 / 09.00.10882-7

Date Created

10/11/2009